



Uma análise da cobertura do impeachment da presidente Dilma na Folha de S.Paulo online e uma reflexão sobre o papel do jornalismo na sociedade

Joana Ribas Bernardes Lima¹

Resumo: Nesta pesquisa propõe-se uma análise sobre como os interesses privados estiveram presentes na cobertura do processo de impeachment da presidente Dilma no ano de 2016, através de um estudo da Folha de S.Paulo Online. Parte-se da hipótese de que nas páginas dos jornais, muitas vezes, vemos a presença de ideais e interesses privados, pois a voz dos personagens que participam dos fatos publicados muitas vezes acaba filtrada por uma visão: a de uma cultura profissional jornalística, que também é atravessada pelos valores da indústria jornalística. O jornalismo está inserido numa sociedade que é organizada no modo de produção capitalista, e o objetivo deste estudo é tentar encontrar um quadro teórico que explique o caráter econômico e ideológico da notícia na sociedade. A verificação sobre como os interesses do jornal estiveram presentes nas notícias sobre o caso, será feita através da análise de 48 notícias previamente selecionadas e vinculadas na Folha online. Foram analisadas as notícias publicadas ao longo do mês de agosto de 2016 no site da Folha online na editoria Poder, e que abordaram o assunto “impeachment”, quando referentes às questões processuais, manifestações, e demais atos relacionados ao tema. As notícias foram estudadas de acordo com os critérios de noticiabilidade estabelecidos por Mauro Wolf (1987). Os tipos de enquadramento empregados nas notícias nos levam a entender quais os principais critérios de construção, se eles acabam mostrando a valorização da busca pela audiência e o domínio dos interesses privados, ou pela qualidade da cobertura e o enriquecimento da interação com o público leitor. Abordaremos o tema do enquadramento jornalístico e os critérios de noticiabilidade também com Traquina, que discute o que é notícia, e explica quais são os valores-notícia utilizados pelos jornais. Serão discutidos no trabalho também os principais valores do jornalismo e seu papel social dentro de assuntos delicados como o tema abordado. Com este trabalho espera-se ter uma ideia se os interesses privados, voltados para a busca pela audiência, são determinantes da maneira como é feita a cobertura de notícias. No caso da cobertura do impeachment da presidente Dilma no mês de agosto de 2016, feita pela Folha de S. Paulo online.

Palavras-chave: Produtos midiáticos, Jornalismo, Impeachment, Valores-Notícia.

¹ LIMA, Joana B. Jornalista formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP e mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero - SP. E-mail: joanaribas0@gmail.com

Neste artigo desenvolveu-se um estudo sobre a cobertura do impeachment da presidente Dilma na Folha de S.Paulo online e uma reflexão sobre o papel do jornalismo na sociedade.

Parte-se da hipótese de que nas páginas dos jornais, muitas vezes, vemos a presença de ideais e interesses privados, pois a voz dos personagens que participam dos fatos publicados acaba filtrada por uma visão: a de uma cultura profissional jornalística, que também é atravessada pelos valores da indústria jornalística.

A ideia de público remete ao que pode ser chamado de um direito coletivo, de acesso a todos. Já o privado faz pensar em algo que pertence a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos que defendem direitos particulares, ou seja, de acesso limitado.

A questão aqui colocada é verificar como esses interesses estiveram presentes a cobertura do impeachment da presidente Dilma na Folha de S.Paulo online que tiveram grande impacto na mídia e política brasileiras. Pretende-se avaliar se o público é desvalorizado em favor de interesses privados, ou vice-versa.

Os conceitos de público e privado foram escolhidos, pois o jornalismo é um exemplo prático do direito à informação, que é também um direito público. O objeto de estudo é a análise da cobertura das manifestações, e de como os interesses do público foram trabalhados pela Folha de S. Paulo online no mês de agosto. A escolha deste jornal em especial, deu-se devido à sua trajetória, que já passou por inúmeras reestruturações e assumiu um perfil empresarial ao longo de um período de mudanças nas mídias, e conseqüentemente, na própria redação.

A verificação sobre como os interesses públicos e privados estiveram presentes nas notícias sobre as manifestações será feita através da análise de noticiário da Folha online. Serão analisadas notícias publicadas ao longo do mês de agosto de 2016 no site da Folha online que abordaram o assunto “impeachment”, quando referentes quando referentes às questões processuais, manifestações, e demais atos relacionados ao tema.

O objetivo da pesquisa é, a partir da análise da representação das ideias de público e privado, e do estudo do jornalismo como construção e não retrato da realidade, chamar a atenção para a necessidade de formas de exercício da profissão jornalística em que o diálogo com a esfera pública seja mais bem trabalhado. Não somente a visão do jornalista será questionada e analisada, mas também a cultura profissional jornalística.

Pretende-se valorizar uma visão social, introduzindo a questão de esfera pública incorporada na comunicação. Levando em consideração que a esfera pública é um ambiente de discussão igualitária, levanta-se a questão de trazer informação de qualidade ao público, de forma que exista uma maior reflexão, resultando em uma discussão democrática a respeito de assuntos gerais que são veiculados diariamente pelos meios de comunicação.

Abordaremos o tema do enquadramento jornalístico e os critérios de noticiabilidade também com Traquina, que discute o que é notícia, e explica quais são os valores-notícia utilizados pelos jornais.

As notícias também foram estudadas de acordo com os critérios de noticiabilidade estabelecidos por Mauro Wolf (1987) que são: Os valores notícia de seleção, que se dividem em critérios substantivos (a morte, notoriedade, proximidade, relevância, tempo, notabilidade, o inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo).

Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, dentre os quais há que selecionar as notícias, pode-se definir os valores notícia como uma componente da noticiabilidade. Esses valores constituem a resposta à seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias (WOLF, 1987, p.173).

Todos os valores foram identificados na análise, quando aplicados na cobertura das notícias propostas, e serão mais bem detalhados adiante.

Para a compreensão de como se deu a cobertura da Folha de S. Paulo online, foram verificados os valores-notícia segundo Nelson Traquina (2008) nas matérias. O autor, baseando-se em Bourdieu, defende que os jornalistas têm óculos particulares: seus valores notícia. Escreve Bourdieu apud Traquina (1997, p.12): "Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado". Um ponto fulcral em relação à problemática dos valores- notícia é a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores notícia de construção.

Segundo Traquina, foi o acadêmico italiano Mauro Wolf (1987) que apontou que os valores notícia estão presentes ao longo de todo o processo de seleção jornalística, ou seja, no processo de seleção dos acontecimentos e no processo de elaboração da notícia, isto é no processo de construção da notícia.

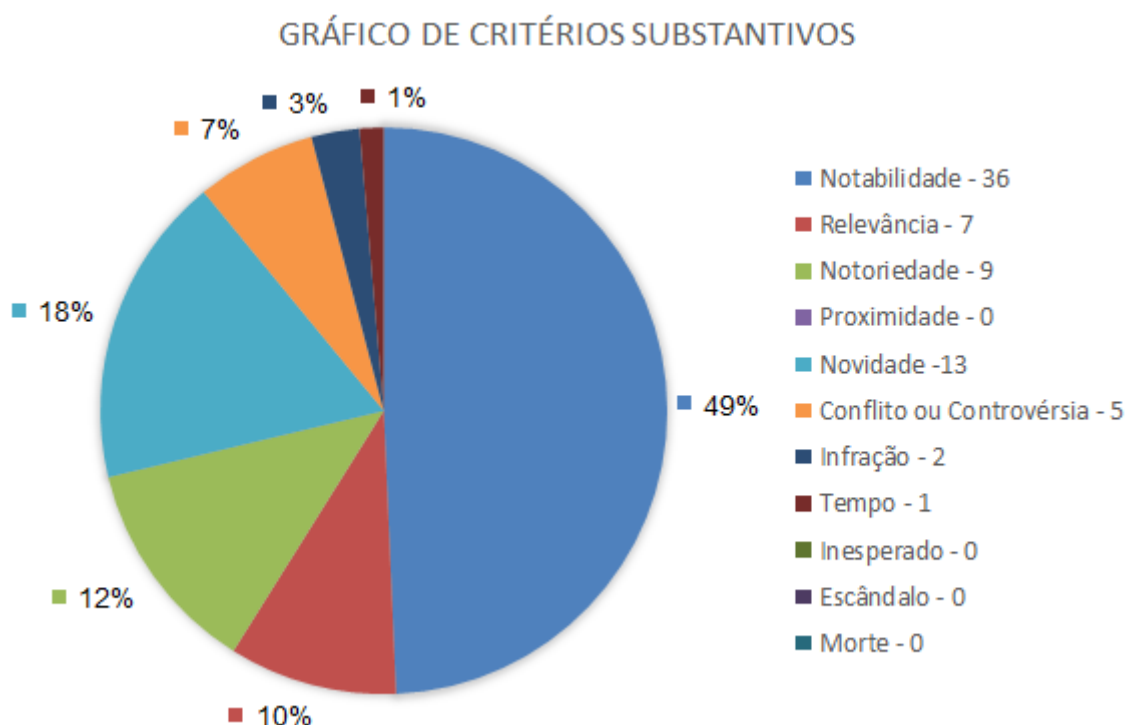
Assim, Wolf estabeleceu a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores notícia de construção. Os de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento.

Os valores notícia de seleção – critérios substantivos

Os critérios de seleção substantivos são divididos em 11 subgrupos. Sendo eles: notabilidade, relevância, notoriedade, proximidade, novidade, conflito ou controvérsia, infração, tempo, inesperado, escândalo e morte.

Dentre os valores encontrados nas 48 notícias estudadas, em que a verificação feita através da seleção de notícias selecionadas e vinculadas na Folha online, publicadas ao longo do mês de agosto de 2016 no site da Folha online na editoria Poder, e que abordaram o assunto “impeachment”, quando referentes às questões processuais, manifestações, e demais atos relacionados ao tema, a notabilidade foi o que esteve presente na maior parte das notícias analisadas, em 36 matérias no total, depois a novidade, e depois a notoriedade.

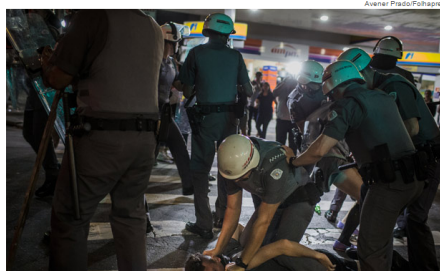
Abaixo o gráfico ilustra a distribuição dos critérios nas notícias estudadas:



A seguir, vamos explicar um pouco de cada valor-notícia e depois discorrer sobre o porquê de, no caso desta análise, a notabilidade e novidade terem sido os critérios de maior destaque, nas notícias estudadas, selecionadas de acordo com a relevância e proximidade com o tema, exemplificando com algumas dessas matérias. Estes dados são importantes para justificar o fato de ter-se concluído que a cobertura do impeachment da presidente Dilma pela Folha online tenha sido simplista, em domínio de interesses privados, o que não construiu um diálogo profundo com o seu público leitor.

Notabilidade: O valor notícia da notabilidade alerta para a forma como o campo jornalístico está mais voltado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas. Por exemplo, de modo geral, na cobertura do impeachment, fala-se muito a respeito do vandalismo e da violência em manifestações, ou questões factuais relacionadas ao tema, mas pouco se discute a respeito do porquê disso tudo, das circunstâncias que envolvem a saída presidente. Na notícia abaixo é mencionado o polêmico golpe contra o governo Dilma, mas pouco se reflete sobre isso, ou sobre as questões políticas, e esclarecimentos mais contemplativos em relação ao momento político:

Manifestantes pró-Dilma e PM entram em confronto em São Paulo



Policial detém manifestante em ato contra o impeachment de Dilma Rousseff, em São Paulo

ANGELA BOLDRINI
GISA BERGAMINI JR
DE SÃO PAULO

30/08/2016 @ 23h00 - Atualizado às 23h55

f Compartilhar 213 OLHAR O TEXTO Mais opções

Pelo menos dez pessoas foram detidas e posteriormente liberadas durante ato contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff nesta terça-feira (30), em São Paulo. Elas se dirigiam à alameda Barão de Limeira, na região central, onde pretendiam encerrar o protesto em frente ao prédio da **Folha**.



O Batalhão de Choque da Polícia Militar tentou dispersar o protesto e entrou em confronto com os manifestantes na altura do largo do Arouche após a explosão de uma bomba caseira.

Parte deles portava paus e pedras, e alguns lançaram objetos contra os policiais. Um grupo de jovens foi atingido por golpes de cassetete.

Parte deles portava paus e pedras, e alguns lançaram objetos contra os policiais. Um grupo de jovens foi atingido por golpes de cassetete.

"Eles começaram a chamar a gente de vagabunda e disseram 'na hora de se manifestar e tacar pedra na polícia vocês gostam'. A gente foi liberado porque moramos aqui no Paraíso. Os pobres de periferia da zona leste vão ficar", disse a estudante Nathalia Miranda, 20.

O também estudante Leonardo Lima, 23, disse que foi atingido com golpes de cassetete e jatos de gás pimenta quando estava deitado de cabeça para baixo.

Na frente do prédio da **Folha**, cerca de 40 pessoas protestaram pela saída de Temer. Eles se deitaram no chão para formar a palavra "golpe".

Houve protesto também contra o jornal.

Durante a concentração dos apoiadores de Dilma, na avenida Paulista, a PM impediu pessoas favoráveis ao afastamento da petista de se aproximarem do ato.

Simultaneamente, também na Paulista, a poucas quadras de distância, militantes do MBL (Movimento Brasil Livre), um dos principais grupos anti-Dilma, se reuniram em um encontro para acompanhar a sessão do impeachment no Senado.

Eles haviam programado a reunião porque a votação final do afastamento poderia ter ocorrido ainda na terça. Como a definição foi adiada para quarta, o movimento pró-impeachment decidiu agendar outro evento para "comemorar" a saída definitiva da petista do cargo.

SEM-TETO

Pela manhã, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) promoveu uma [série de bloqueios](#) de avenidas em São Paulo em protesto contra o impeachment.

Quatro pessoas [foram presas](#) após um ato que bloqueou a marginal Pinheiros, na zona oeste.

A Secretaria da Segurança Pública afirmou, em nota, que eles foram detidos sob suspeita de dano qualificado, desobediência, resistência e incêndio. O movimento afirma que os quatro foram liberados à tarde.

Em Brasília, a movimentação de manifestantes foi pequena nesta terça. Apoiadores do PT acenderam velas na Esplanada em protesto.

Colaborou BRUNO FÁVERO ★ ★ ★

A notabilidade foi uma categoria muito importante na pesquisa, visto que apareceu na grande maioria das notícias analisadas. Isso mostra que apesar de a Folha de S. Paulo propôr um jornalismo pluralista, as temáticas não foram aprofundadas.

Outro valor-notícia que esteve muito presente na cobertura da Folha, foi a **Novidade**: Presente em 13 dos casos. Para os jornalistas, uma questão central é precisamente o que há de novo. Nos trabalhos de jornalismo de investigação uma das maiores dificuldades para o jornalista

é a justificativa para voltar ao assunto sem novos elementos: geralmente tem que haver algo de novo para voltar a falar do assunto. Devido à importância deste valor-notícia, o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez. Este critério foi encontrado na cobertura, cada vez que era introduzido um novo assunto relacionado ao impeachment. Como por exemplo, na notícia abaixo em que se noticia o fato de que Lewandowski permitiu votação sobre os direitos da presidente Dilma:

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SÁBADO, 29 DE OUTUBRO DE 2016 17:41

Lewandowski permite votação sobre direitos de Dilma em separado



O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, preside sessão do Senado ao lado de Renan Calheiros

No comando da fase final do impeachment de Dilma Rousseff, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, decidiu acatar o [pedido da defesa da petista](#) de votar separadamente à perda de mandato a inabilitação.

O recurso usado pela defesa de Dilma pretende minimizar os impactos do esperado resultado final do julgamento, que deve afastá-la em definitivo do cargo. Isso porque, se inabilitada, além de deixar a Presidência da República, a petista fica impedida de exercer qualquer função na administração pública.

Apesar dos apelos da base de Temer, Lewandowski acatou o pedido, atendendo a um pedido do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que o procurou ontem com a solicitação. O ministro argumentou que precisava manter a coerência com a conduta que tem adotado até então e deferir o cumprimento do Regimento Interno do Senado.

Acatada a proposta de votar em separado a inabilitação para cargos públicos para Dilma Rousseff, os aliados da presidente afastada acreditam que, pelo menos nesta questão, vão conseguir uma votação favorável à petista.

"Na perda de mandato, a situação está muito difícil, mas na inabilitação, se for votada em separado, temos grandes chances de ganhar", afirmou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Segundo o petista, os aliados de Dilma conseguiram a promessa de alguns senadores, que vão aprovar o afastamento definitivo da presidente, de votar a favor dela na questão da inabilitação para cargos públicos.

É o caso do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que já declarou seu voto a favor do afastamento definitivo de Dilma, mas defendeu a separação da inabilitação no momento da discussão do assunto no início da sessão. "Nesse caso, estou do lado dela [Dilma]".

Reservadamente, petistas dizem que muitos senadores podem votar a favor de Dilma no tópico da inabilitação de cargos para "reduzirem o peso na consciência" de aprovarem a perda de mandato da petista. ★ ★ ★

Outro valor que foi encontrado em um grande número de matérias, 9 do total analisado, foi a **Notoriedade**: A celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia. "Quanto mais o acontecimento diz respeito às pessoas de elite, mais provavelmente será transformado em notícia" (Galtung Ruge, apud, TRAQUINA, p.80).

Nas notícias estudadas, muitos nomes de peso foram citados, como de políticos, polícia militar, além de uma parte elitizada da população ter começado a fazer parte dos movimentos, pró ou contra o governo, sendo estes, fortes valores notícia para no caso, a Folha online. Na matéria abaixo, por exemplo, é citado o músico e escritor Chico Buarque, Caetano Veloso, as atrizes Camila Pitanga, Dira Paes, Marieta Severo, entre outros nomes importantes, no caso contra o afastamento da presidente:

Chico Buarque irá ao Senado para ver defesa de Dilma

DO RIO

29/08/2016 02h18

[Compartilhar](#) [Twitter](#) [Google+](#) [LinkedIn](#) [Email](#) 3,8 mil [OUVIR O TEXTO](#) [Mais opções](#)

Chico Buarque irá ao Senado para assistir à defesa da presidente afastada, Dilma Rousseff, na sessão do impeachment nesta segunda-feira (29)

Ele foi um dos cerca de 20 convidados da presidente afastada. Dilma pediu para que o Senado autorizasse a entrada de algumas pessoas escolhidas por ela, entre elas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Chico Buarque durante ato contra a gestão interina de Michel Temer no Caneção, no RJ

A presença de Buarque foi confirmada na madrugada desta segunda.

Buarque participou de programas eleitorais de Dilma e, desde o início do processo de impeachment, militou contra o seu afastamento.

Ele também está entre os artistas que fizeram, no último domingo, carta contra o impeachment. Além dele, assinam o documento Caetano Veloso, as atrizes Camila Pitanga, Dira Paes e Marieta Severo, a poeta Alice Ruiz e os professores Jurandir Freire Costa e Marco Luchesi. ★ ★ ★

Relevância: Que consiste na relevância do acontecimento, se ele trará impacto ou é do interesse do público. Este é um critério muito usado nas redações e esteve presente em 7 das notícias verificadas. Os jornais publicam assuntos que sejam de interesse de maiorias. O impeachment, por exemplo, foi muito relevante, pois envolve mudanças em torno de todo um país, como na matéria abaixo.

poder

Procuradores pedem a grupos anti-Dilma apoio a medidas



Deltan Dallagnol recebe entidades do setor produtivo na sede do Ministério Público no PR

PAULA REVERBEL
DE SÃO PAULO

25/08/2016 15h35

Autor do projeto 10 Medidas Contra a Corrupção, que tramita no Congresso, o Ministério Público Federal tem recorrido às mesmas associações, federações e movimentos de rua que mobilizaram a sociedade civil pelo impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Os braços estaduais do órgão têm ativamente procurado as entidades que eles consideram ser capazes de pressionar deputados a aprovar as 10 Medidas, incluindo lideranças estaduais dos grupos MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua.

A **Folha** apurou que as procuradorias em cada Estado estão mapeando entidades de interesse em seus territórios e convidando-as para reuniões com membros do Ministério Público Federal dentro dos prédios do órgão. Não há relatos de grupos de esquerda entre os convidados.

Dos grupos com que o Ministério Público entrou em contato, pede-se o mesmo trabalho feito para afastar a presidente petista: ações na internet, protestos de rua e pressão sobre parlamentares.

As 10 Medidas, que conseguiram a assinatura de mais de 2,5 milhões de apoiadores, tramitam na Câmara como projeto de iniciativa popular.

Em Santa Catarina, a primeira reunião com movimentos de rua foi há mais de dois meses e participaram representantes do MBL (Movimento Brasil Livre), do Vem Pra Rua e de um terceiro grupo anti-Dilma. Eles foram procurados por Rafael Falcão Gonçalves da Silva, da Assessoria e Seção de Planejamento e Gestão Estratégica da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

Nos contatos, Silva chegou a apontar os quatro deputados catarinenses que integram comissão de análise do projeto das 10 Medidas.

No Paraná, o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato e idealizador das 10 Medidas, recebeu no prédio da Procuradoria em Curitiba representantes do G7, grupo que concentra entidades do setor produtivo do Estado, inclusive a Federação das Indústrias do Paraná.

Fotos do encontro, chamado de "primeira reunião da rede social de apoio das 10 Medidas Contra a Corrupção e a Impunidade", foram publicadas nas redes sociais.

O G7 apoiou o impeachment de Dilma na reta final antes da votação na Câmara. As entidades no Paraná foram procuradas por intermédio do Mude, um movimento de apoio ao projeto.

No site das 10 Medidas, há uma relação de centenas de entidades que apoiam a iniciativa. A lista não inclui os movimentos sociais mais envolvidos na organização de protestos pró-Dilma, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

A única exceção é o Central de Movimentos Populares, que tem a seção de Sergipe listada uma vez e a nacional, duas. A Central afirma que a seção Sergipe não é reconhecida e que entrará em contato com o Ministério Público para desautorizar a citação, já que as medidas não foram discutidas com eles.

MBL

Diferentemente do Vem Pra Rua, o MBL vê as 10 Medidas com ressalvas.

De acordo com o coordenador Kim Kataguirí, o movimento é favorável ao endurecimento das penas contra corrupção, mas contrário ao teste de integridade, em que ofertas seriam simuladas para testar a honestidade do servidor. "Isso não é coisa de democracia", disse. "É coisa de regime totalitário, que usa espões", acrescentou.

Outro ponto rechaçado é a validade de provas ilícitas feitas de boa fé, critério considerado muito subjetivo pelo movimento, que também é contrário à limitação do habeas corpus para discutir nulidade de processo.

À **Folha** o Ministério Público Federal no Paraná informou que "procurou algumas entidades, independente de sua posição política ou partidária, para explicar o projeto e deixar clara a importância de sua aprovação".

"O posicionamento dos apoiadores das 10 medidas em relação a outras questões, sejam econômicas ou políticas, não reflete, de forma alguma, o posicionamento do MPF, que é apartidário", diz nota enviada.

A assessoria do Ministério Público Federal de Santa Catarina foi procurada, mas não se pronunciou. ★ ★ ★

Conflito ou Controvérsia: Outro valor-notícia fundamental é o conflito ou a controvérsia, isto é, a violência física ou simbólica, como uma disputa verbal ou a presença da violência física, fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal.

Nas notícias analisadas este valor-notícia foi encontrado em alguns casos, como no exemplo abaixo, em há o relato de violência verbal entre convidados em sessão do Senado em que a presidente afastada fez sua defesa.

poder

Preocupada, Janáína Paschoal pediu 'educação' a seus convidados

A advogada de acusação, Janáína Paschoal, durante julgamento de Dilma Rousseff, na sexta-feira (26)

Na sessão do Senado em que a presidente afastada [Dilma Rousseff fez sua defesa](#) e, provavelmente, seu último discurso na Presidência da República, a advogada de acusação Janáína Paschoal se preocupava com o acirramento de ânimo entre os convidados.

Por isso, enviou mensagens a parte dos seus convidados para pedir "educação" e "respeito". Pediu para que se comportassem para não serem expulsos da galeria.

Confira outras informações sobre os bastidores do impeachment:

Reflexo

Assim que a presidente afastada terminou seu discurso, senadores aliados de Temer saíram pelo plenário mostrando a colegas notícias sobre como o mercado financeiro reagiu à fala da petista. O dólar caiu e a bolsa subiu.

Cara de paisagem

Ex-petista, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) entrou no Senado um minuto antes de Dilma. Com a chegada da ex-aliada, a candidata à Prefeitura de São Paulo passou a apertar ininterruptamente o botão para chamar o elevador, conseguindo por segundos escapar do constrangimento.

Nas ondas

O PT organizou a transmissão da sessão em mais de 1.500 rádios comunitárias de todo o país, movimento que intitulou de "cadeia da legalidade". Lula e apoiadores de Dilma falaram durante o dia.

Festa

Dúvida até esta sexta, Telmário Mota (PDT-RR) foi bastante festejado pelos dilmistas após o discurso em que indicou voto contra o impeachment. Kátia Abreu (PMDB-TO) foi uma das mais efusivas nos cumprimentos.

Lado mau da força

Telmário quis saber se, em eventual volta ao Planalto, Dilma iria governar com a parte má do PMDB. "Deus me livre do que o sr. chamou de o PMDB do mal", respondeu a petista.

Unidos...

Eduardo Cunha não conseguiu assistir a todo o discurso e interrogatório da petista. Enquanto a presidente afastada se defendia do impeachment, ele terminava de revisar as cartas que enviará a deputados para tentar evitar a cassação de seu mandato na Câmara.

...pelo destino

Ainda assim, viu o suficiente para saber que era um dos principais alvos da petista. "Ela está mentindo demais. Qual projeto de urgência que não foi votado? Tá agressiva. Em resumo: jogou a toalha", comentou com um interlocutor.

Ameaça

Os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) relataram ter recebido e-mail idêntico nesta segunda-feira, intitulado "Aviso". Ambos eram chamados de "canalha asqueroso". Anexa à mensagem com a ameaça de morte, aparecia uma imagem de um cadáver coberto de sangue.

Bandeira branca

Aécio admitiu ter ficado surpreso pela forma educada com que Dilma se dirigiu a ele durante o interrogatório. "Achei que ela ia pra cima. Estava pronto para pedir direito de resposta, mas não precisou." ★ ★ ★

Infração: Acontecimentos ligados à violação ou transgressão de regras.

A notícia abaixo mostra imagens de que neste dia, alguns manifestantes quebraram viaturas policiais e vidraças, noticiando um tipo de violação.

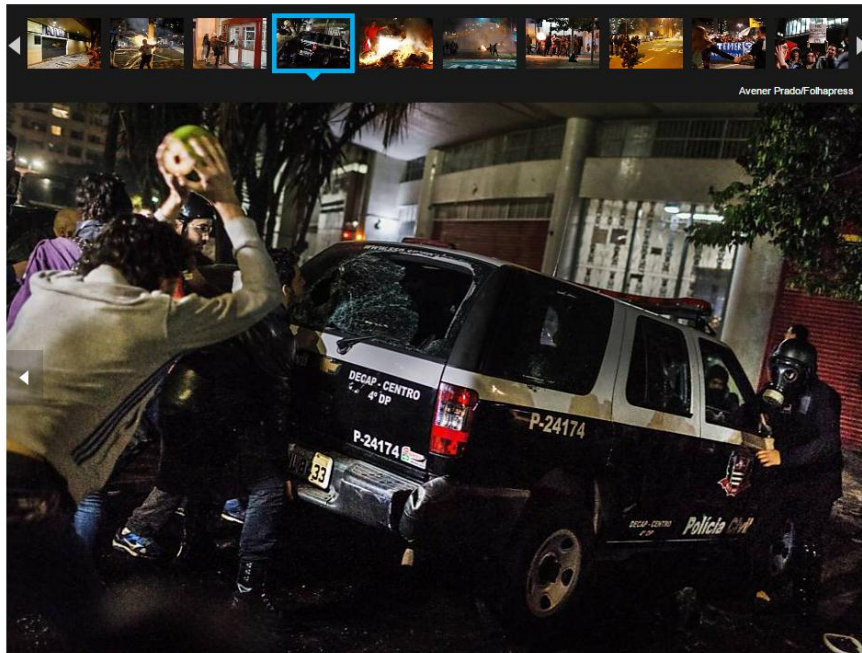
Avenida Paulista é dividida entre pró e contra o impeachment

A Avenida Paulista é dividida entre manifestantes contrários e a favor do impeachment de Dilma Rousseff

31/08/2016 20h00

f Compartilhar t g+ in e 1

+ Mais opções



Manifestantes depredam uma viatura da polícia civil estacionada no centro de SP, eles protestam contra o impeachment da presidente cassada Dilma Rousseff (PT)

Tempo: O fator tempo é outro valor-notícia e de maneiras diferentes. Em primeiro lugar, o fator tempo é um valor-notícia na forma da atualidade. A existência de um acontecimento na atualidade já transformado em notícia pode servir de gancho para outro acontecimento ligado a esse assunto. Segundo, o próprio tempo pode servir como um gancho e justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia. Na notícia abaixo a questão do impeachment retoma outros presidentes do Brasil que não concluíram o mandato.

Dilma é a 6ª eleita por voto direto na República a não concluir mandato

Com o [impeachment de Dilma Rousseff](#), chegam a seis o número de presidentes da República no Brasil que tomaram posse, mas não conseguiram concluir o mandato para o qual foram eleitos pelo voto popular.

Além da petista, são estes os presidentes eleitos pelo voto direto e que chegaram a tomar posse, mas acabaram não concluindo o mandato: Affonso Pena (morreu) e Washington Luís (deposto), na República Velha, Getúlio Vargas (se matou em 1954), Jânio Quadros (renunciou) e Fernando Collor de Mello (renunciou, mas o processo prosseguiu e ele foi condenado por crime de responsabilidade).

A primeira eleição direta no Brasil, embora de caráter restritivo e com baixíssima participação popular, ocorreu em 1894 e levou ao comando da nação o paulista Prudente de Moraes.

Na República Velha —que vai da proclamação da República, em 1889, à chegada de [Getúlio Vargas](#) ao poder, em 1930— dois presidentes não conseguiram terminar o mandato para o qual foram eleitos: Affonso Penna (1906-1909), que morreu durante a sua gestão, e Washington Luís, deposto pela revolução de 1930.



Em nenhuma das matérias foi percebido o valor de **Proximidade**: Se a noticiabilidade do acontecimento vale o deslocamento, prioriza principalmente seu valor em termos geográficos para cobrir o caso. Um acidente com duas vítimas em Campinas, por exemplo, poderá ser notícia em um jornal em São Paulo. Possivelmente, mas com maior dificuldade em um jornal do Rio de Janeiro, mas dificilmente em um país estrangeiro. No caso do impeachment, quanto mais relevante o assunto abordado, maior a possibilidade do uso deste valor notícia. Não esteve presente, pois se percebe que em muitas delas, não foi necessário o deslocamento de equipe e repórteres para a cobertura.

Inesperado: Isto é, aquilo que irrompe e que surpreende a expectativa da comunidade jornalística. Segundo Tuchman (1978) o inesperado é muitas vezes um componente de um tipo de acontecimento que designa como “que história!”

ou seja, um mega-acontecimento com enorme noticiabilidade que subverte a rotina e provoca um caos na redação. Um exemplo foram os ataques a diferentes sítios, sobretudo, ao *World Trade Center*, no dia 11 de setembro de 2001.

Apesar de o impeachment ter tido grande repercussão até mesmo na imprensa internacional, não houve um acontecimento do tipo inesperado ao longo do mês de agosto de

2016, até mesmo quando foi noticiada a aprovação do impeachment pelo senado, o fato já era previsto. Portanto, este valor-notícia não foi encontrado em nenhuma das matérias analisadas.

Escândalo: O nome já diz. Seria um caso como o do “*Watergate*”. Este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como “cão de guarda” das instituições democráticas. Em nenhuma das notícias analisadas este valor-notícia foi encontrado.

Morte: Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor notícia fundamental para esta comunidade interpretativa, e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal. Como não houve nenhum caso de morte nas notícias sobre o impeachment, este valor notícia também não foi encontrado nas matérias analisadas.

Os tipos de enquadramento empregados e descritos neste trabalho, nos levaram a crer que há um reducionismo na cobertura do impeachment da presidente Dilma. Foram averiguados valores e enquadramentos que acabam mostrando a valorização da busca pela audiência e o domínio dos interesses privados, mais do que pela qualidade da cobertura e o enriquecimento da interação com o público leitor, o que transmitiria qual é o verdadeiro papel social do jornalismo.

Concluiu-se com este trabalho, que o fator econômico é uma força muito importante na atividade jornalística. Enquanto o pólo ideológico define o jornalismo como serviço público, o econômico define o jornalismo como negócio.

O principal valor-notícia encontrado foi a notabilidade, que se caracteriza pelo fator de atratividade, o que tende a dificultar a produção de uma resposta mais consistente do público às mensagens. Traz uma simplificação e trata de tornar a notícia facilmente digerida pelo leitor, simplifica a linguagem de modo que não haja risco de desinteresse por conta de complexidades ou ambiguidades naturalmente presentes nos acontecimentos, isso faz com que seja necessária uma maior atenção não só do leitor, mas também na abordagem da matéria.

A aplicação destes tipos de enquadramento e a ênfase de certos valores na construção da notícia mostra que certas práticas da cultura profissional jornalística, usando como exemplo o objeto de estudo deste artigo, são questionáveis.

Uma narrativa mais dialógica com o público poderia oferecer aos cidadãos a possibilidade de exercer os seus direitos de forma mais consciente. Uma maior preocupação com o público como sociedade, e não somente com a audiência que ele gera, ajudaria em um diálogo em que todos teriam acesso ao poder de colaborar com a construção de um jornalismo mais pluralizado. A comunicação só pode ser apreendida como a ligação de tudo isto, a ponte que torna compreensíveis os fenômenos de massa da sociedade moderna.

Esta narrativa pode ser retomada a partir do entendimento de esfera pública. Arendt defende que o que a esfera pública considera relevante pode ter um encanto tão extraordinário e

contagante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar o caráter privado (Arendt, 2001, p.61).

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela natureza comum de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo, pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana (Arendt, 2001, p.67).

Referências Bibliográficas

- ARENDT: ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2001.
- CORREIA, João Carlos, Jornalismo e espaço público. Estudos em comunicação. Covilhã, Portugal: Universidade Beira Interior, 1998. E-book.
- CORREIA, João Carlos, Sociedade e comunicação: estudos sobre jornalismo e identidades. Estudos em comunicação. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério, 2010, Vitrine e Vidraça. Covilhã, Portugal: UBI, LabCom, Livros LabCom 2010. E-book.
- HABERMAS, Jürgen. Communication and the Evolution of Society, Cambridge, Polity Press, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública, Tempo Brasileiro. 2ª ed. 2003.
- HANNAH ARENDT: ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2001.
- IJUIIM, KANEHIDE JORGE, A Responsabilidade Social do jornalista e o Pensamento de Paulo Freire. Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- MARCONDES FILHO, O Capital da Notícia, Porto Alegre, Ed. Ática 1986.
- MUNIZ, Altemar da Costa. As Mudanças da Linha Editorial na Folha de São Paulo (1979-1989). Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1116/1/Art_1999_AdaC.Muniz.pdf. Acesso em: dez/2015.
- SOARES, Murilo, 2009, Representações, Jornalismo e a esfera pública democrática. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- TRAQUINA, Nelson, Teorias do Jornalismo I. 3ª .ed, Florianópolis: Insular, 2012.